

ÓRGÃO: CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DO CFC

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO CRCMS Nº 2024/000048

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

RELATOR: FABIANO RIBEIRO PIMENTEL

EMENTA. FISCALIZAÇÃO. EMPRESA SEM REGISTRO. AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL. INFRAÇÃO AOS ARTS. 15 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, À LEI Nº 6.839/80 E À SÚMULA CFC Nº 14. DEFESA TEMPESTIVA. RECURSO VOLUNTÁRIO. PENALIDADE DE MULTA. MANUTENÇÃO. 1. EMPRESA AUTUADA POR DEIXAR DE APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE RESPONSÁVEL PELA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, EM DESCUMPRIMENTO ÀS NORMAS LEGAIS QUE REGULAM A OBRIGATORIEDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR PROFISSIONAL HABILITADO. 2. DEFESA TEMPESTIVA APRESENTADA, ARGUINDO AUSÊNCIA DE DOLO E SUSTENTANDO QUE A ATIVIDADE PREPONDERANTE É DE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS, NÃO HAVENDO PRÁTICA DE ATIVIDADE CONTÁBIL. 3. RECURSO VOLUNTÁRIO REITERANDO A TESE DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO POR FALTA DE PREVISÃO LEGAL EXPRESSA, BEM COMO PLEITEANDO A REDUÇÃO OU CANCELAMENTO DA PENALIDADE. 4. A INFRAÇÃO ENCONTRA-SE CARACTERIZADA, TENDO EM VISTA QUE A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL É OBRIGAÇÃO IMPOSTA PELO ART. 1.179 DO CÓDIGO CIVIL E DEVE SER REALIZADA POR PROFISSIONAL DEVIDAMENTE REGISTRADO, NOS TERMOS DO ART. 15 DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, DA SÚMULA CFC Nº 14 E DA LEI Nº 6.839/80. 5. MANUTENÇÃO DA PENALIDADE FIXADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, POR ADEQUAÇÃO LEGAL E PROPORCIONALIDADE, EM CONSONÂNCIA COM A RESOLUÇÃO CFC Nº 1.603/2020.

DECISÃO: A CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R\$ 2.815,00 (DOIS MIL, OITOCENTOS E QUINZE REAIS)**, NOS TERMOS DO ART. 27, ALÍNEA “B”, DO DECRETO-LEI Nº 9.295/46, C/C ARTS. 56 E 57 DA RES. CFC Nº 1.603/2020 E RES. CFC Nº 1.709/2023. DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 440ª REUNIÃO DA CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA. DECISÃO HOMOLOGADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, DE ACORDO COM A ATA DE JULGAMENTO DA 473ª REUNIÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DE ÉTICA E DISCIPLINA DE 19/03/2025.